

42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
SPG 34 – RACISMO E ANTIRRACISMO

Raça e Eleições: os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no
Rio de Janeiro

Wescrey Portes Pereira (IESP-UERJ)

Outubro 2018

Título: Raça e Eleições: os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no Rio de Janeiro¹

Resumo:

O impede que negros e negras acessem os espaços de representação política? Pesquisas mais recentes, focadas no impacto da raça no sistema eleitoral, tem identificado uma forte presença de negros na competição eleitoral, todavia essa presença não se materializa em representação nas casas legislativas. Este artigo busca por meio de entrevistas semiestruturadas com candidatos concorrentes da eleição de 2016 no Rio de Janeiro, apresentar informações referente ao processo eleitoral. Os resultados parciais apontam para a existência de mecanismos em funcionamento nos partidos que operam na limitação das chances de sucesso dos candidatos negros, mas sobretudo a necessidade de investigar os processos que antecedem o pleito eleitoral. Os partidos tendem a incorporar a agenda antirracista no discurso, mas na pratica fortalecem barreiras para os negros nos espaços internos, refletindo nas escolhas dos principais candidatos das respectivas legendas.

Palavras Chaves: Sub-representação, Política, Raça, Eleição, Rio de Janeiro

Quais as barreiras que impedem ascensão política de negros e negras? No último dia 23 de agosto de 2018, em entrevista à um portal de notícias², um pré-candidato negro denunciou o seu partido enquanto racista em função da priorização de candidaturas brancas na distribuição dos recursos do fundo partidário. Essa denúncia se junta à diversas outras produzidas por militantes do Movimento Negro aos partidos. A configuração do sistema eleitoral brasileiro a partir das promulgação da Constituição de 1988, limitou a participação político eleitoral apenas aos partidos políticos e impediu outros formas de representação política. Os integrantes dos movimentos negros optaram pela estratégias comum à maioria

¹ Esse artigo é uma adaptação da dissertação de mestrado intitulada “*Raça e Eleições: apontamentos sobre os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no Rio de Janeiro*”, defendida em fevereiro de 2018 no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ

² No dia 23/07, foi divulga no portal UOL uma entrevista com o então pré-candidato pelo PSOL Douglas Belchior. Colunista da Carta Capital, Professor e dirigente do UneAFRO Brasil, organização do movimento negro que trabalha com educação popular e conta com mais de 40 núcleos de base em funcionamento, organizando formação política e buscando fortalecer as trajetórias educacionais de jovens negros e pobres em regiões periféricas de São Paulo. Nesta entrevista, Douglas denunciou a política partidária de distribuição dos recursos do fundo partidário, que priorizou os candidatos brancos. Ver em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/pre-candidato-do-psol-diz-que-partido-e-racista-e-nao-mantem-coerencia.htm>

dos movimentos sociais e passaram a integrar diferentes siglas partidárias. Todavia, ao longo de três décadas, pouco se sabe sobre os elementos políticos e sociais que funcionam como barreiras impeditivas a ascensão políticas de negros e negras às casas legislativas.

Se por um lado, a politização das questão racial adentrou a agenda pública e acadêmica em diferentes dimensões, consolidando o entendimento que o Brasil racialmente é um país desigual, quando pensamos a esfera de representação, ainda se avançou pouco no sentido de levar a luz as desigualdades de acesso ao espaços de representação. Das poucas pesquisas relacionadas a raça e representação política, tem-se encontrado diagnóstico praticamente consensual de que a política brasileira é majoritariamente branca (CAMPOS; MACHADO; 2015), todavia, pesquisas inconclusivas quanto apresentar informações acerca das barreiras encontradas pelos negros e negros na competição eleitoral. Para Campos e Machado (2015), a distância entre a identificação dos problema e o diagnósticos das causas dos afastamento dos negros da políticas, além de interditar a entrada deste tema na agenda do debate acadêmico e político, impede a formulação de medida visando a criação de mecanismo de inclusão política deste grupo.

Dos raros momentos onde o tema da sub-representação política dos negros entrou em debate coincidiu com as discussões em torno de um proposta de reforma política levantada pela presidenta Dilma Rousseff em resposta às manifestações de junho de 2013.

Foi colocado em pauta o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 116/2011 –, que propõem um sistema de voto plural, em que dentro do rol de autodeclarados negros e outro candidato concorrente no sistema universal. Após a votação, os autodeclarados negros com mais votos preencheriam uma proporção das cadeiras no parlamento equivalente a dois terços da população negra total do país, segundo o IBGE. (CAMPOS; MACHADO, 2015:122)

A dificuldade quanto a coleta de dados referente a raça/cor dos candidatos também contribuiu para a escassez de pesquisas visando interpretar o fenômeno da sub-representação política de negros e negras. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), só passou a recolher informações referentes a raça/cor nas eleições de 2014, forçando pesquisadores à buscar metodologias alternativas para o levantamento das informações. Seja por meio da heteroclassificação das fotos dos candidatos (CAMPOS, 2014; BUENO; DUNINNG, 2013) ou pela busca de informações fornecidas pelos partidos políticos ou os próprios

candidatos (OLIVEIRA, 1991; MENEGUELLO; MANO; GORSKI, 2012). Tais pesquisas apresentam informações importantes para o campo de estudos, todavia, são inconclusivas quanto aos mecanismos sociais e políticos que atuam limitando as possibilidade de sucesso eleitoral das candidaturas negras. Algumas hipóteses vem sendo suscitadas, destaco aquelas relacionadas ao recrutamento de candidaturas, capital simbólicos, recursos de campanha e votação.

O debate em torno do recrutamento das candidaturas, quando relacionado ao gênero, aponta que mulheres encontram barreiras já na formação das listas eleitorais pelos partidos, ao passo que as listas são compostas majoritariamente por homens³. Deste questionamento, sugere-se uma hipótese sobre a repetição de fenômeno quando analisado a questão racial em algumas pesquisas. Todavia, as informações levantadas aponta que as diferenças entre a presença de negros e negras nas listas eleitorais dos partidos e/ou coligações não apresentam disparidade em relação à população negra dos respectivos colégios eleitorais (CAMPOS; MACHADO, 2015, RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017), variando de acordo com o partido político analisado.

Recursos sociais como nível de instrução e a origem de classe, etc tem influência significativa no sucesso eleitoral. Campos e Machado (2015), ao analisar as eleições de 2012 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, demonstram que as negras e os negros tendem à acessar menos recursos sociais e por conseguinte, tendem a ter menos chances de viabilizar um candidaturas competitiva. Para os autores, são informações inconclusivas, ao passo que isso pode decorrer de uma tática de recrutamento voltada para candidatos com maior nível de instrução. Porém, como apontado anteriormente, a estratégia de recrutamento varia em cada partido e podendo ter implicações distintas sobre o sucesso eleitoral, de modo que não devemos desconsiderar que tais estratégias podem ser orientadas a luz de interesses de grupos dominantes. Ou seja, devemos tomar a estratégia eleitoral não como fim e sim como parte de um processo de viabilização eleitoral dos partidos, situando a análise em processo mais amplo.

Quanto ao financiamento, os recursos de campanha, variável de grande relevo na competição eleitoral, os autores detectaram que a distribuição entre os candidatos é

³ Das Deste diagnóstico, fica estabelecido pela Lei 9.504/97 (Lei Eleitoral), no artigo 10, §3º, a exigência de no mínimo 30% e no máximo 70% de mulheres nas listas de candidatos para a Câmaras Legislativas em todas as esferas.

desigual. A constatação data que em média as candidaturas brancas declaram gastar 34 mil reais e os não brancos 12 mil reais na cidade do Rio de Janeiro, enquanto essa relação em São Paulo é de 100 mil em média para os brancos e 73 mil para os não brancos.

Quando tomamos o acesso a financiamento de campanha como variável dependente, percebemos maior dificuldade dos candidatos não brancos em obter recursos, o que persistiu mesmo quando controlamos o efeito do sexo e do grau de instrução. Embora ter o ensino superior e uma ocupação profissional tradicionalmente da classe alta e ser homem facilitem o acesso a financiamento, ser não branco tem ainda assim um efeito sobre esse recurso. (CAMPOS; MACHADO, 2015: 141)

Em relação a votação obtida, os autores perceberam que os não brancos em média recebem metade dos votos em comparação aos brancos. Quando agregada a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, a média de votos obtida pelos brancos ficou na casa dos 0,897% e os negros atingiram uma média de 0,0410%. Essa relação permaneceu ao isolar ambas as metrópoles que “em termos absolutos, candidatos brancos no Rio de Janeiro receberam em média 2.200 votos contra 881 votos dos não brancos; já em São Paulo, brancos tiveram em média 4.707 contra 2.581 de não brancos.” (CAMPOS; MACHADO, 2015:136). Tendo em vista os caminhos investigativos abordados até aqui, os autores sugerem caminhos e conclusões parciais acerca dos mecanismos que operam dificultando a viabilização eleitoral de candidatos negros no que tange às possibilidades de sucesso eleitoral. Segundo os autores, existe uma interação entre as dinâmicas sociológicas de discriminação racial e o funcionamento do nosso sistema eleitoral.

Do universo de candidatos, apenas um pequeno grupo de fato participa do processo eleitoral em condições de competir pelas vagas no parlamento. É neste grupo pequeno de candidatos, que a distância entre brancos e negros é mais acentuada. Os eleitos, em geral, são aqueles oriundos deste seleto grupo de candidatos que dispõem de maior acesso a recursos de campanha. Ou seja, os candidatos eleitos são aqueles que durante o processo eleitoral congregam majoritariamente os recursos eleitorais do pleito. Com intuito de incorporar mais elementos analíticos ao debate da sub-representação política de negros e negras, considerando ser insuficiente pesquisas centradas apenas em análises por meio de método quantitativo, este artigo analisa a eleição de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Para tal, apresenta-se um quadro da distribuição das candidaturas com base nos dados do

TSE e avança em uma investigação qualitativas com base em entrevistas semi-estruturadas com candidatos e candidatas participantes do pleito em questão.

2. Distribuição das candidaturas negras na competição eleitoral de 2016

O Tribunal Superior de Justiça (TSE) não dispõem de informações referente à cor/raça das candidaturas em eleições anteriores ao processo eleitoral de 2014. Diferente de como ocorre com o Censo e a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio – PNAD, os registro eleitoral não produziram um banco de dados que incorporasse a dimensão racial e assim, obliterando a produção de pesquisas sobre a sub-representação política. Em 2016, pela primeira vez, tais informações passou a ser levantada na esfera municipal. Na cidade do Rio de Janeiro, ao todo 3.708.857 eleitores, 75% de um total de 4.898.044 aptos a votar, compareceram às urnas. Foram ofertadas aos eleitores cariocas, um total de 11 chapas para disputa da Prefeitura e 1606 candidatos e candidatas, distribuídos em 35 partidos e 26 listas de candidatos⁴ disputando 51 vagas no parlamento municipal. Entre esses, os candidatos brancos eram 845 (52%), os candidatos pardos 493 (30,6%), os candidatos pretos 264 (16,2 %) e os candidatos indígenas 4 (0,2%). Para fim deste estudo, além de não contemplarmos a proporção de indígenas⁵, utilizaremos a categoria negro para designar a soma dos candidatos e candidatas que autodeclaram pretos e pardos nas fichas de inscrição do TSE. Esta opção, acompanha um conjunto de pesquisas acadêmicas sobre desigualdades raciais, entre as quais destaco o artigo *Paradoxo da igualdade: Gênero, Raça e Democracia*, de Flavia Rios, Ana Claudia Pereira e Patrícia Rangel. Assim sendo, passamos para descrição do quadro eleitoral de 2016, quanto a competição para as vagas na Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro.

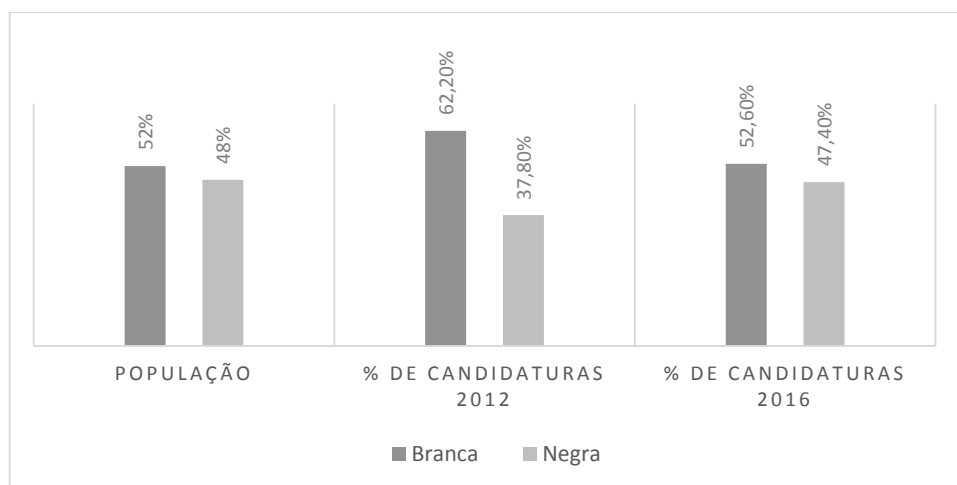
Na eleição de 2016, os brancos representam 52,6% e os negros representam 47,4% dos candidatos. Tomando com comparação a pesquisa de Campos e Machado (2015), que analisa as eleições de 2012, percebemos uma variação ascendente no número de candidaturas negras. Na ocasião, as brancos representavam 62,2% e os negros 37,8% das candidaturas. A diferença percentual de negros nas listas partidárias entre a eleição de 2012 e 2016 pode ser explicada pela natureza dos dados analisados. A primeira estruturou os dados através da heteroclassificação e a segunda por meio da autodeclaração dos

⁴ Nestas eleição foram formadas 7 coligações proporcionais envolvendo 16 partidos, por isso o número de listas ser inferior ao número de partidos.

⁵ Como a proporção de indígenas é residual, optamos por não considera-lo para esse experimento

candidatos coletadas pelo TSE na homologação das candidaturas. Pode, ao contrário, significar um aumento real na inserção dos negros na listas partidárias no último pleito municipal. Independente da hipótese sobre a diferença de negros candidatos entre os pleitos de 2012 e 2016, cumpre registrar que, como tem sido recorrente nos estudos sobre sub-representação negra nas casas legislativas, a exclusão não pode ser determinada por uma possível proporção inferior de candidaturas negras em relação às candidaturas brancas. Ou seja, o baixo contingente de políticos negros nas casas legislativas não decorre de um processo anterior à competição eleitoral. Vejamos no Gráfico 1

Gráfico 1 – Proporção de candidaturas negras e brancas nas eleições de 2012 e 2016

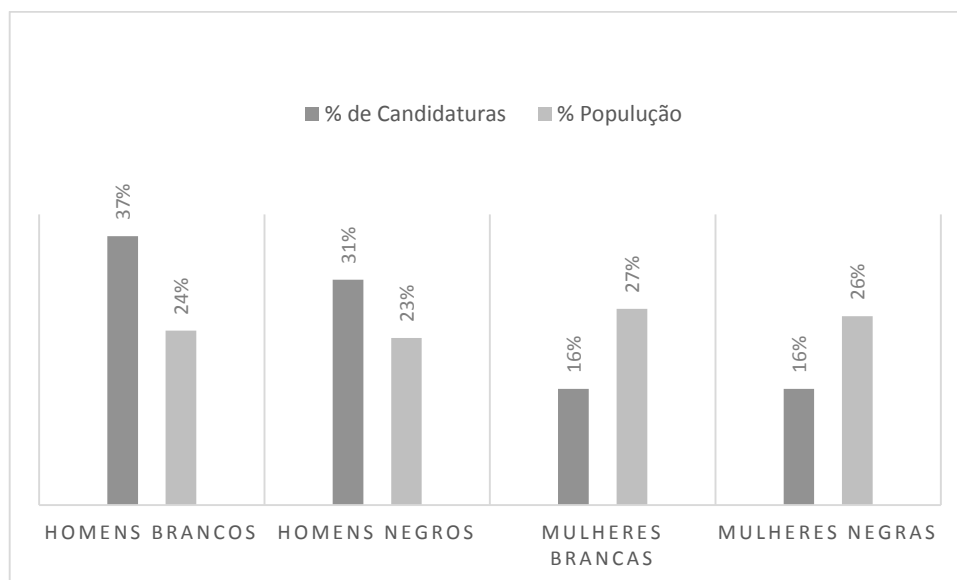


Fonte: TSE e Campos e Machado (2015)

As mulheres representam dos 32% das candidaturas a vereança na cidade do Rio de Janeiro, número recorrente nas pesquisas que versam sobre diversidade de gênero nas listas eleitorais⁶. Combinado com a variável raça, percebemos assim como nos dados eleitorais agregados nacionalmente, uma sobrerrepresentação de homens brancos e homens negros nas listas, respectivamente 37% e 31%. Em relação ao gênero feminino, existe uma sub-participação, sendo as mulheres brancas 16% e as mulheres negras outros 16% dentro da competição eleitoral, bem abaixo das proporções encontradas na população carioca 27% e 26% respectivamente, como podemos observar no gráfico 2.

⁶ Ao menos em relação aos postos legislativo federal, a sub-representação de mulheres parece refletir a pequena participação delas nas listas lançadas pelos partidos (ARAÚJO, 2001). Em dois 2016, as mulheres foram 31% do universo de candidaturas, e grande maioria dos partidos a presença interna nas listas não passou de 33%. (CAMPOS; MACHADO, 2016)

Gráfico 2. Proporção de candidatura por raça e gênero em relação a população do Rio de Janeiro



Fonte: TSE e Censo 2010

Tomando como base o argumento desenvolvido por Campos e Machado (2015), poderíamos afirmar que as barreiras encontradas pelos negros na competição eleitoral não está no recrutamento das candidaturas. Levando em consideração a variável gênero, percebemos que mulheres encontram dificuldades já neste processo de formação das listas eleitorais. Existe uma significativa sobrerrepresentação de homens, negros e brancos, nas listas eleitorais no pleito de 2016. As mulheres, negras e brancas, convivem com barreiras que limitam a participação já na formação das listas eleitorais, de modo que a sub-representação de mulheres encontra-se de forma vertiginosa já a partir da formação destas listas. É pouco provável que baixa participação das mulheres negras nas listas seja oriunda de implicações raciais, na medida que há número alto de homens negros candidatos e assim com as negras, uma baixa participação de mulheres brancas. Isto é, mulheres negras e as mulheres brancas, encontram barreiras de gênero para se candidatar. Diferente dos autores, não desconsideramos o recrutamento das candidaturas como uma barreira, dado que esse recrutamento varia partido à partido e pode, em alguma medida, ser um recrutamento orientado para privilegiar candidatos brancos dentro das listas.

As regras da disputa eleitoral para cargos de vereadores e deputados, os políticos e as políticas são apresentados aos eleitores em listas abertas dos partidos ou coligações. Por

mais que a legislação garanta autonomia aos candidatos para organizar suas campanhas eleitorais, sobretudo no que concerne à arrecadação de recursos financeiros, os partidos têm papel central na competição eleitoral. São os partidos que recrutam os candidatos, organizando as estratégias de aproximação de lideranças das diversas esferas da sociedade civil, além de deterem, por prerrogativa legal, o direito ao tempo de televisão e rádio⁷. Não obstante, cabe também às organizações partidárias a definição de estratégias eleitorais para cada pleito, delimitando possíveis aliados e adversários para cada disputa.

Os dados demonstram que a distribuição das candidaturas não apresenta discrepância entre proporção de candidaturas e proporção populacional de negros na cidade do Rio de Janeiro, se não levado em consideração a variável de gênero. Porém, é importante trazer a luz, em que medida a exclusão política dos negros pode ser atribuída ao tratamento distinto por parte dos partidos políticos no recrutamento partidário. Os responsáveis pela organização da lista procuram considerar critérios geográficos, apresentando candidaturas de diferentes localidades evitando a sobreposição de candidatos na mesma área, tendendo a privilegiar lideranças de determinados grupos de eleitores, como líderes sindicais, empresários, ativistas de movimentos sociais (mulheres, negros, comunitário, etc), líderes religiosos e personalidades (NICOLAU, 2006). Como afirma Campos (2015) em artigo sobre o recrutamento das candidaturas nas eleições de 2012⁸ nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, embora o número de candidaturas negras se apresente de maneira proporcional ao contingente populacional de negros na sociedade carioca – importante ressaltar, que a distribuição das candidaturas femininas nas listas segue um padrão de recrutamento partidário⁹ -, há um padrão distinto de recrutamento para cada partido político ou coligação eleitoral.

A participação de brancos e negros nas listas oscila bastante quando observado a distribuição de candidaturas por raça/cor nas eleições de 2012. O autor identificou no Rio, que partidos como o PMDB lançaram mais de 80% de candidatos classificados como

⁷ A distribuição do tempo de TV e Rádio, na disputa proporcional, se apresenta da seguinte forma, 90% do tempo será dividido de forma proporcional e 10% de forma igualitária entre todos os candidatos e coligações. A diferença de tempo de propaganda fica a cargo da soma de deputados federais de todos os partidos da coligação (se houver) ou do partido do candidato.

⁸ Os dados para essa pesquisa, foram levantados por meio da heteroclassificação dos candidatos.

⁹ Como o observado nesta pesquisa e tem se apresentando recorrente em pesquisas correlatas, as mulheres tem ocupado em média, pouco mais de 30 % das listas partidárias nas eleições. Isso se explica, pela legislação eleitoral, que obriga os partidos a lançarem pelo menos 30% de candidatas mulheres na competição eleitoral.

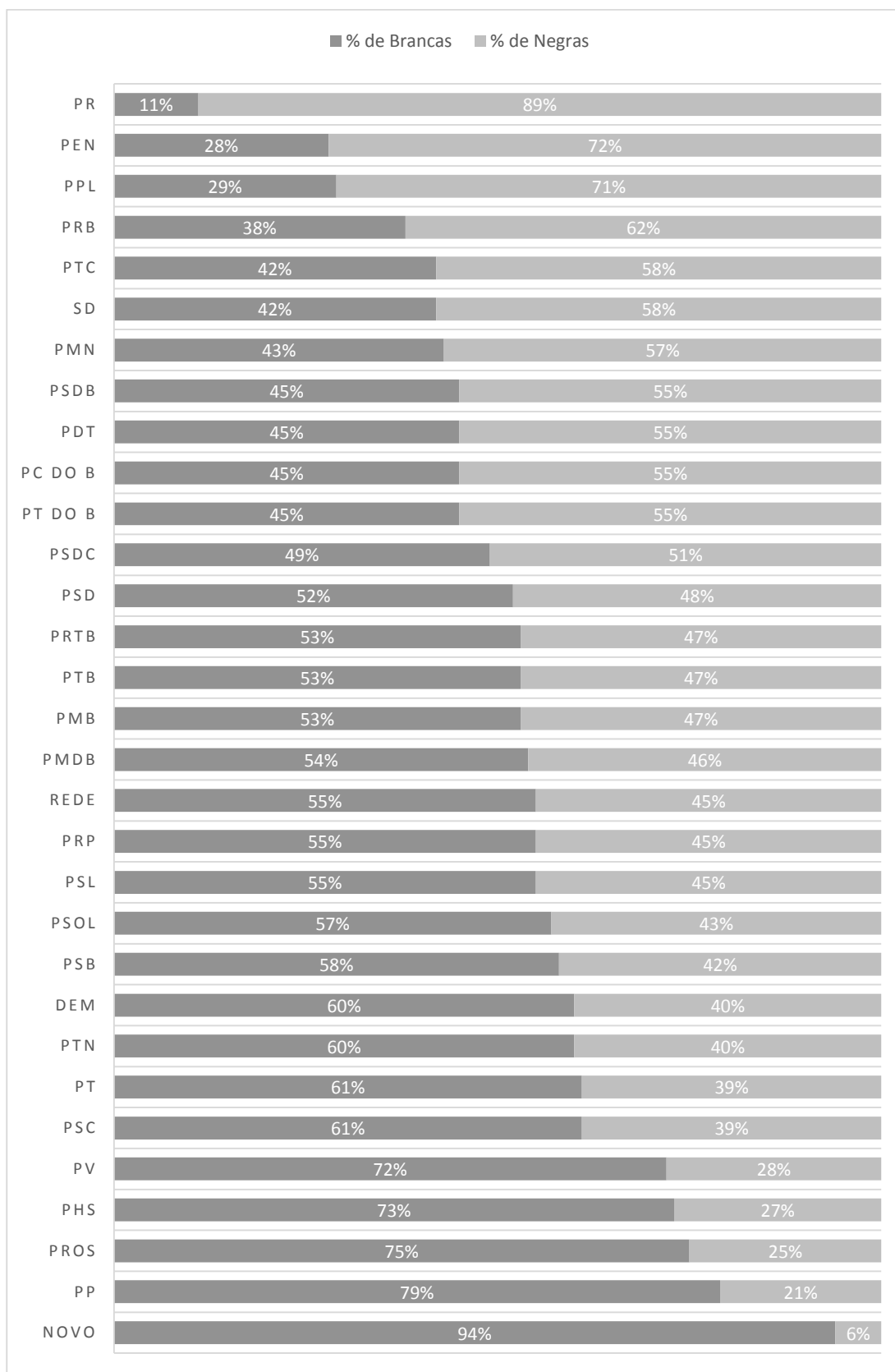
brancos, enquanto o PPL lançou mais de 60% de candidaturas negras (CAMPOS, 2015). Nas eleições de 2016, novamente encontramos uma oscilação na distribuição dos negros e brancos nas listas partidárias. Na ocasião, o Partido Novo, que estreava na competição eleitoral, apresentou uma lista com um percentual de 94% de candidatura brancas, enquanto o PR, que havia lançado 80% de candidaturas brancas em 2012 - segundo a pesquisa de Campos (2015) - em 2016 lançou 89% de candidaturas negras. Trata-se do partido que proporcionalmente apresentou o maior número competidores negros no pleito eleitoral de 2016 na capital fluminense. No Gráfico 3 apresentamos a distribuição de candidaturas por raça/cor nas listas apresentadas pelos partidos¹⁰ na competição eleitoral.

Os partidos podem se lançar competição eleitoral apresentando uma lista de candidatos até uma vez e meia o número de cadeiras em disputa na eleição, e no caso de coligações entre partidos, esse número sobe para até duas vezes o número de cadeiras disponíveis na competição. No Rio de Janeiro, isso significa, 77 candidaturas por partido e 102 candidaturas por coligação. No Gráfico 4 apresentamos a distribuição em relação as coligações proporcionais. Se observado o arranjo das listas, agregando os candidatos nas coligações, percebemos uma manutenção da variação, entretanto uma variação menor da proporção de candidaturas negras e brancas. Apenas as listas do Partido Novo, PP e PHS mantiveram a sobrerrepresentação acentuada de candidaturas brancas, enquanto a lista do PR manteve a sobrerrepresentação das candidaturas negras. Uma das hipóteses aventadas por Campos (2015), é a distribuição desigual de negros e brancos nas listas mediante o tamanho de cada partido. De acordo com Campos (2015):

Assim, é preciso investigar em que medida a distribuição dos candidatos de acordo com a cor não obedece a outra importante clivagem partidária: o tamanho das legendas. Esta variável parece importante na medida em que é de se esperar que partidos com menor capital político (com menos recursos, menos candidatos eleitos, mais jovens, menos votos etc.) tenham menos liberdade de escolha ou capacidade de atração de candidatos. Por isto, à exceção de partidos com alto rigor disciplinar e ideológico, é possível supor que partidos pequenos tendam a estratégias de recrutamento mais próximas do *catch all*. Ao dividir os partidos em grandes, médios e pequenos, é preciso levar em conta que a variável tamanho é eminentemente política e tem a ver com os recursos capazes de serem mobilizados pelo partido na luta política. (CAMPOS, 2015:709)

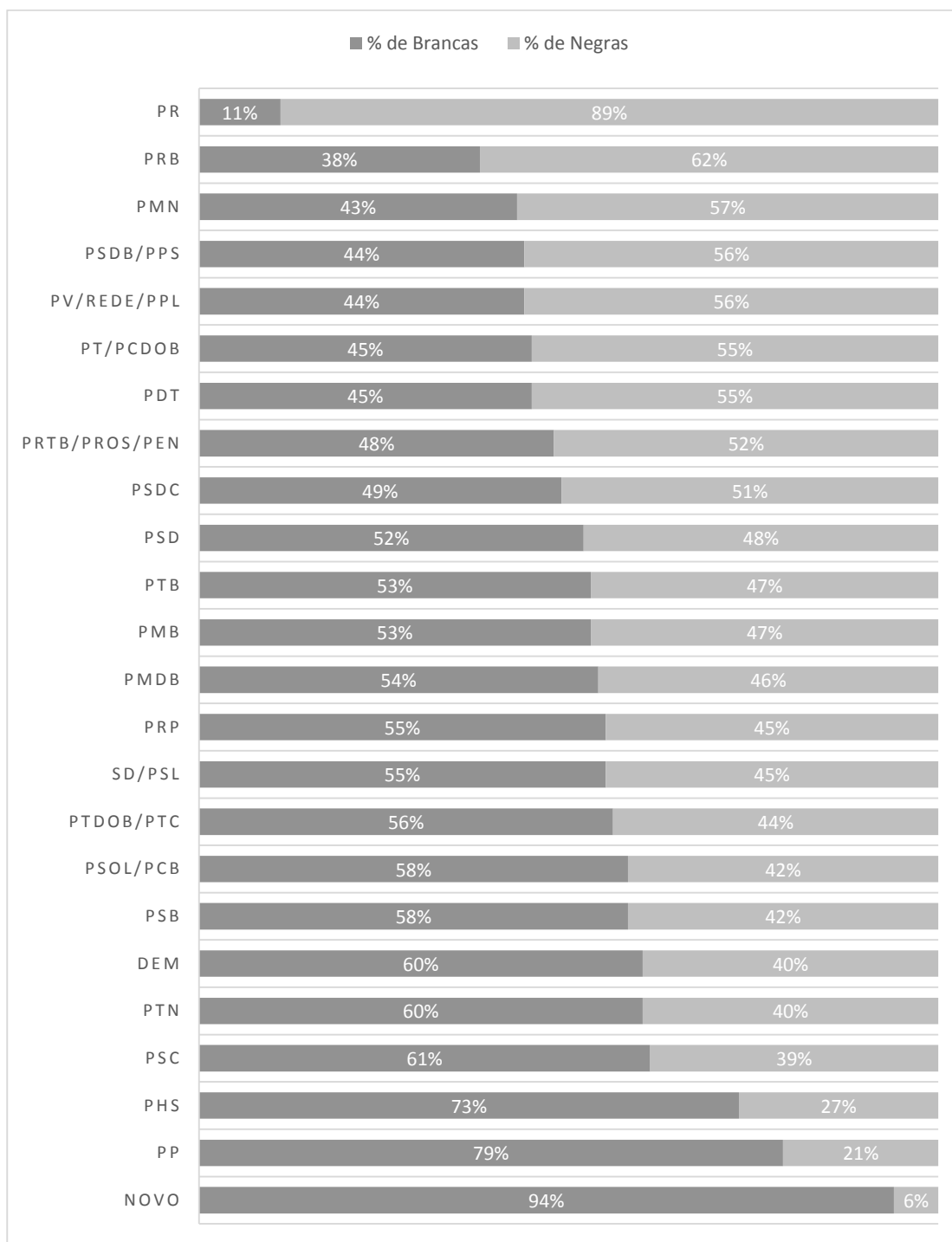
¹⁰ Com o objetivo de ter um desenho melhor das distribuições das candidaturas nos partidos, foi excluído partidos com menos de 10 competidores. São eles PCB, PCO, PSTU e PPS.

Gráfico 3. Distribuição das candidaturas por raça nos partidos no Rio de Janeiro



Fonte: TSE

Gráfico 4. Distribuição das candidaturas por raça nas listas eleitorais



Fonte: TSE

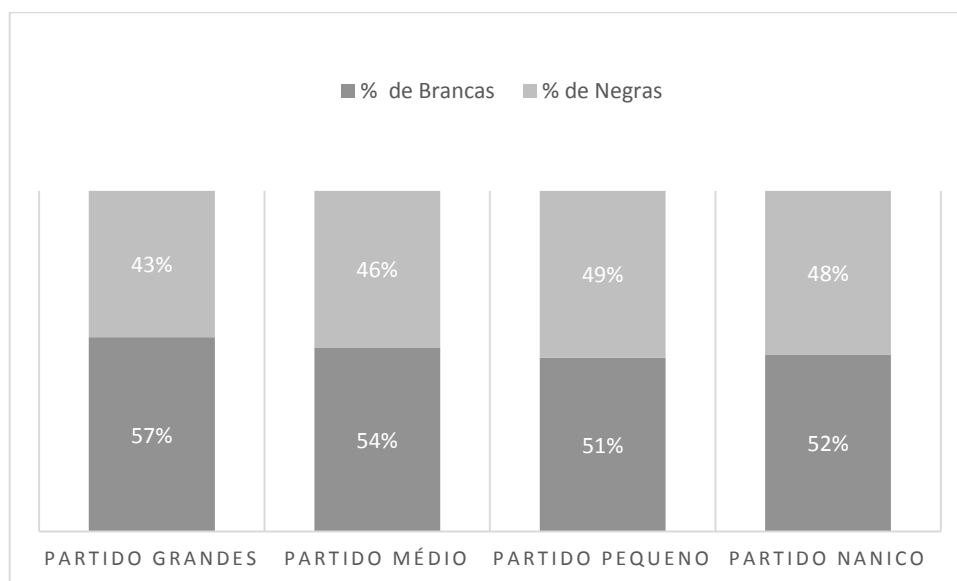
Na pesquisa citada, a divisão segundo o tamanho dos partidos, em pequeno, médio e grande, foi organizada levando em consideração a dinâmica nacional dos partidos. O autor considerou o número de filiados declarados por partidos em 2012, a bancada

conquista na Câmara dos Deputados e votação obtida nas eleições de 2012, dividindo os partidos em três grupos: partidos grandes (PMDB, PT, DEM e PSDB), partidos médios (PDT, PTB, PP, PR, PSB, PPS, PCdoB, PV, PRB e PSD) e partidos pequenos (PRP, PMN, PSOL, PSL, PSC, PTC, PTdoB, PSDC, PHS, PTN, PRTB, PCB, PPL, PSTU e PCO) (CAMPOS, 2015). Entretanto, a divisão entre partidos tal qual organizada pelo autor, acaba por não reconhecer dinâmicas locais, e magnitude partidária em nível local, como por exemplo o caso do PSOL, pois a nível nacional é um partido pequeno e na dinâmica política da cidade do Rio de Janeiro, é o segundo maior partido na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A lógica da disputa eleitoral em nível nacional se distingue da lógica das competições estaduais e municipais, de modo que a noção de partido pequeno, médio e grande, sofre modificações substanciais se isolada os níveis da disputa política (LIMA Jr, 1983). Isto posto, de maneira instrumental a essa pesquisa, estabelecemos o critério de magnitude partidária da seguinte maneira: partido grande aqueles que conquistaram mais de 200 mil votos (PMDB, PSOL, DEM), partido médio aqueles que conquistaram mais de 100 mil votos (PSC, PT, PTB, PP, PRB, PSDB e PR), partido pequeno aqueles que conquistaram mais de 30 mil votos (PDT, PMN, PHS, SD, PSD, PTN, NOVO, PRTB, PTdoB, REDE, PR, PRP, PEN), e por fim, partido nanico aqueles que não ultrapassaram à barreira dos 30 mil votos (PSDC, PMB, PSB, PROS, PCdoB, PTC, PPS, PSL, PV, PPL, PCB, PSTU e PCO). Mesmo que esta organização tenha sido feita de forma arbitrária em alguma medida e os problemas metodológicos que possam a vir ser suscitados, o conjunto da votação obtida pelos candidatos e pela legenda é o definidor da distribuição das cadeiras nas Câmara Legislativa do Rio de Janeiro. Ou seja, a quantidade de votos obtida por cada partido define o tamanho da representação da legenda no parlamento municipal.

Segundo essa divisão, os partidos grandes tem 57% de brancos e 43% de negros, os partidos médios 54% de brancos e 46% de negros, os partidos pequenos 51% de brancos e 49% de negros e os partidos nanicos 52% de brancos e 48% de negros, como podemos observar no Gráfico 5.

Gráfico 5. Distribuição das candidaturas por raça em relação a magnitude dos partidos

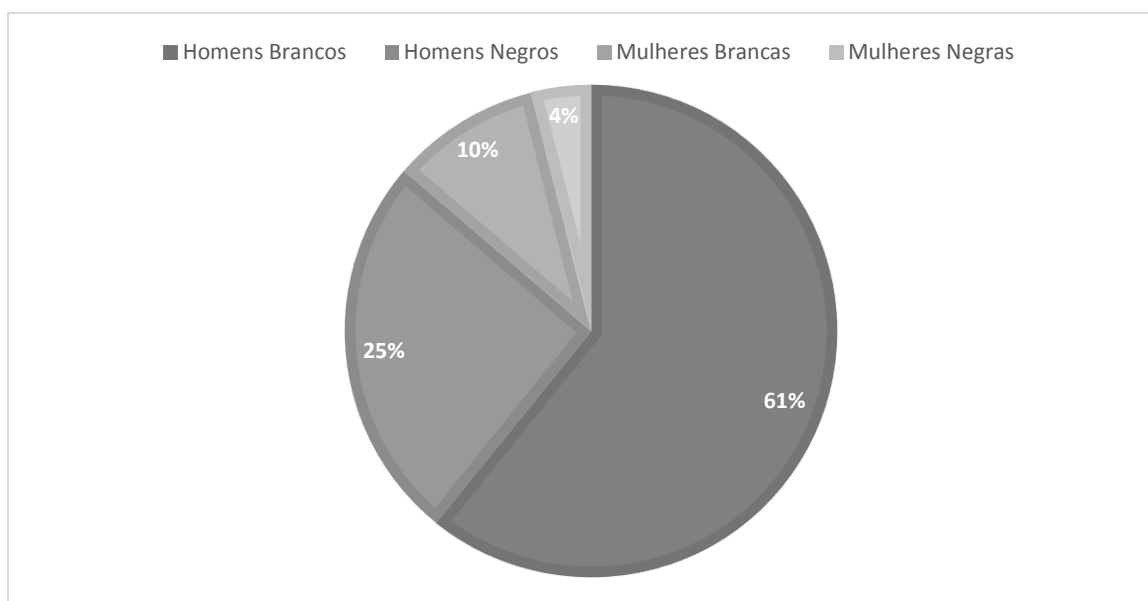


Fonte: TSE

Com dito anteriormente, na cidade do Rio de Janeiro em 2016, ao todo 3.708.857 eleitores foram às urnas exercer o direito de escolher os representantes para o próximo quadriênio. Contudo, os votos computados como válidos são 2.929.084 (78,98%), sendo 2.663.612 votos nominais e 265.472 votos em legendas partidárias. Deste montante, os votos ficaram distribuídos da seguinte forma: os candidatos brancos receberam 1.868.739 (68%) e os candidatos negros receberam 794.362 (27%) dos votos válidos. Ou seja, os candidatos negros receberam menos da metade dos votos recebidos pelos candidatos brancos, uma desigualdade significativa. Em uma hipótese improvável, onde os candidatos negros estariam concentrados em uma mesma lista e os candidatos brancos em outra lista, a votação total dos candidatos brancos, possibilitaria a esse grupo ocupar 32 cadeiras na câmara de vereadores, enquanto a votação dos candidatos negros garantiria apenas 13 cadeiras no parlamento, segundo o quociente eleitoral desta eleição, às outras 6 cadeiras seria ocupada pelo “voto em legenda”. A legislatura de 2017-2020, será composta 51 candidatos, dos quais 71% são brancos e 29% negros, 86% são homens e 14% são mulheres. Interseccionando raça e gênero, a composição ficou da seguinte forma, 31 homens brancos (61%), 13 homens negros (25%), 5 mulheres brancas (10%) e 2 mulheres negras (4%), se mostrando uma legislatura dominada por homens, sobretudo homens brancos, com podemos observar no Gráfico 6. No Gráfico 7 podemos comparar a

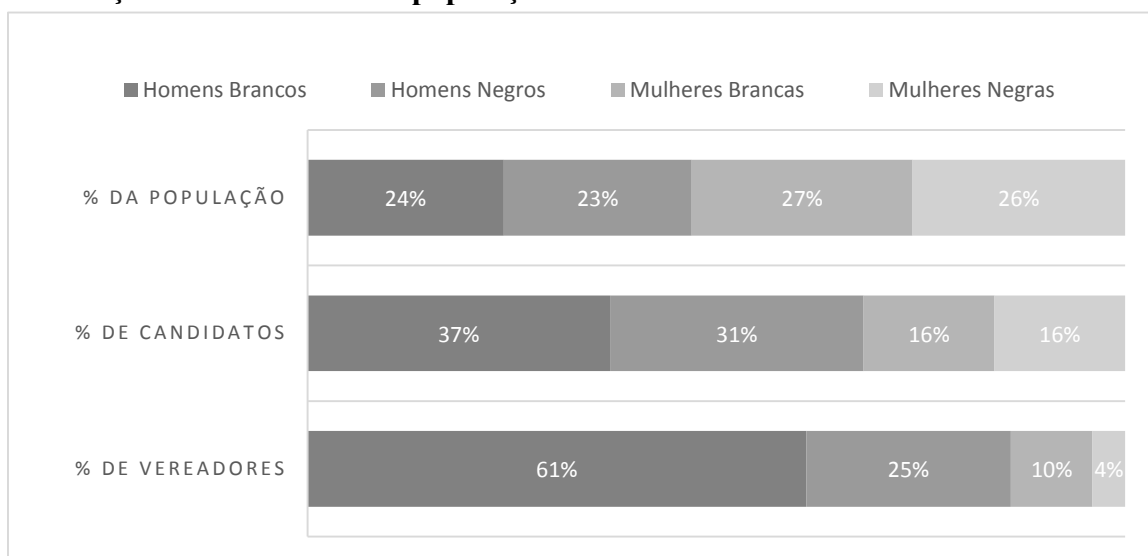
composição de raça e gênero Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro em relação ao universo de candidaturas e da população do Rio de Janeiro.

Gráfico 6. Composição da Câmara Municipal do Rio de Janeiro na Legislatura 2017-2020



Fonte: TSE

Gráfico 7. Composição racial e de gênero da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em relação as candidaturas e população



Fonte: Censo 2010 e TSE

Como podemos observar ao longo desta sessão, as informações disponibilizadas pelo TSE, permite a construção de um quadro da participação eleitoral dos negros e negras. Em grande medida, contribui para a formulação e questionar algumas hipóteses aventadas anteriormente, como a que relacionava a sub-representação de negros e negras já nas listas eleitorais. Todavia, esse quadro não leva em consideração que a vida política e o processo eleitoral pode ter implicações em outros momentos fora do período eleitoral estabelecido pela legislação. Buscaremos a partir da próxima sessão, analisar algumas entrevistas estruturadas produzidas com candidatos e candidatas negras concorrentes nas eleições de 2016 no Rio de Janeiro. Partimos de uma abordagem, que deposita importância ao olhar dos agentes sobre o processo.

3. Experiência Eleitoral de Candidatos Negros

Nesta sessão, busca-se apresentar uma análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com candidatos e candidatas a vereança na eleição de 2016. O objetivo central destas entrevistas é buscar informações sobre a dinâmica de construção de uma candidatura e assim levantar hipóteses sobre as barreiras que limitam as possibilidades de sucesso eleitoral. Foram realizadas quatro entrevistas com diferentes candidatos e candidatas: dois homens, duas mulheres, dois eleitos, dois não eleitos, de quatro partidos diferentes (PSB, PSOL, PSB e PT), em momentos e de trajetórias distintas – dois concorreram pela primeira vez em 2016 e outros dois possuíam experiências pregressas.

Perfil dos entrevistados

João Batista da Silva Junior, ou simplesmente João Junior, 32 anos, Antropólogo, autodeclarado homossexual e se candidatou pela primeira vez em 2016 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Obteve uma votação de 934 votos, sendo o décimo candidato mais votado do partido, não conseguindo ser eleito. De acordo com o site DivulgaCand¹¹, não apresenta nenhum patrimônio, e declarou uma receita de campanha de R\$ 19.220,00 oriunda de três fontes: O PSB investiu R\$ 10.000,00, o candidato desembolsou R\$ 7.220,00 e recebeu uma doação de pessoa física de R\$ 2.000,00.

¹¹ DivulgaCand, é um site de Divulgação de candidaturas e contas eleitorais do TSE. Apresenta informações detalhadas sobre todos os candidatos que pediram registro à justiça eleitoral e sobre as suas contas eleitorais e as dos partidos políticos.

A socióloga Marielle Franco, 38 anos, estreou na competição e foi eleita vereadora pelo PSOL com uma votação de mais de 46 mil votos, quinta maior votação do pleito, sendo a candidata negra mais votada. As informações disponibilizadas no site DivulgaCand, Marielle Francisco da Silva declarou um patrimônio avaliado em R\$ 78.000,00. A candidatura arrecadou um quantia de pouco mais de R\$ 91.000,00, sendo R\$ 61.000,00 oriundos de doações de pessoas físicas¹², R\$ 18.000,00 vindos do PSOL e cerca de R\$ 7.000,00 destinados à candidatura pelo Cnpj da campanha do candidato a Prefeito Marcelo Freixo. O candidatura utilizou os recursos de forma significativa, restando apenas cerca de R\$ 40,00.

Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, vereador reeleito com mais de 31 mil votos, João Mendes de Jesus, 64 anos, e candidato pelo PRB. O vereador declarou um patrimônio avaliado em R\$ 535.000,00, entre os quais, declara possuir 2000 quotas da Rádio Cultura de Gravataí LTDA. Durante a campanha de 2016, o candidato a reeleição arrecadou mais de 160 mil reais e deste valor destaca-se, a doação de 129 mil reais do Cnpj da campanha da candidato a Prefeito Marcelo Crivela também do PRB, com uma sobra financeira de R\$ 28,00.

Assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Rute Sales, 48 anos e disputou a eleição de 2016 pelo PT. Em sua segunda experiência eleitoral, conquistou 498 votos, não conseguindo uma das vagas do partido para Câmara de Vereadores. A candidata declarou não possuir nenhum patrimônio e teve uma arrecadação em torno de R\$ 6.000,00 e ao final da campanha teve uma sobra financeira de R\$ 1.200,00. A candidatura recebeu contribuições de pessoas físicas de R\$ 975,00 e R\$ 900,00, além de uma doação de R\$ 896,00.

Trajetória Social, Política e inserção partidária

Os candidatos e candidatas encontraram a política partidária através de processos distintos, todavia os entrevistados são de um lugar comum quanto ao ponto de partida. Os quatro entrevistados relataram um origem pobre, relatando as dificuldades durante a vida. João Junior, nasceu e foi criado no bairro de Realengo na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Durante 12 anos de sua vida foi mórmon. Por conta de sua confissão religiosa, argumenta,

¹² Possivelmente, essas doações de pessoas físicas, é decorrente da campanha de financiamento coletivo organizada pela campanha de Marielle Franco.

inicialmente não assumiu sua orientação sexual. Quando decide assumir sua homossexualidade, João passa a buscar espaços de organização política que discutissem a questão LGBT. Por meio deste ativismo encontrou a política partidária. Em torno da campanha do casamento civil igualitário¹³ entre pessoas no mesmo sexo, o candidato passou a construir um relação com o mandato do Deputado Federal Jean Willys. Inicialmente como voluntário e depois como assessor parlamentar e coordenador da campanha. Se tornar assessor “foi um outro salto na minha vida porque eu comecei a entender como fazia as coisas acontecer (...) assessor parlamentar abria portas” (João Junior, 2017), argumento o candidato.

Em função da assessoria, teve que pedir filiação ao PSOL, ocorrendo sua primeira filiação partidária, no entanto, ressalta: “Eu nunca fui psolista (...) nunca acreditei em partidos políticos, é um reunião de grupos diversos que nunca daria em nada”. Depois de ter encerrado suas atribuições no mandato do deputado, ficou mais um ano filiado ao partido com objetivo de buscar espaço dentro de algum gabinete como assessor parlamentar, sempre destacando sua militância na pauta LGBT. Da falta de horizonte dentro da legenda e de tensões com outros militantes, optou por sair do PSOL. Graças aos incentivos de seu primeiro marido, João Júnior começou a planejar sua candidatura para concorrer nas eleições de 2016. A partir de então, começou a pesquisar sobre partidos que poderiam abrigar a sua candidatura e após ficar sabendo de uma ação movida pelo PSB junto ao Supremo Tribunal Federal contra a proibição de LGBT’s doarem sangue, optou e filiou-se nesta legenda.

Cria da maré, favela da capital carioca, Marielle Franco iniciou tem o encontro com a política através dos Pré-Vestibulares comunitários, foi aluna da primeira turma de um Pré-vestibular comunitário que deu origem ao Observatório das Favelas. Enquanto aluna e antes de ser uma colaborado do projeto, Marielle tinha um objetivo nítido: terminar o ensino médio, entrar na universidade e obter o diploma de ensino superior almejando conseguir trabalhar em profissões que rendesse maiores remunerações salariais. Marielle ingressou na universidade nos anos 2000 e como argumenta, passou a se entender enquanto

¹³ A campanha do casamento civil igualitário surgiu para dar sustentação social para uma PEC que propunha a garantia do direito ao casamento para todas as pessoas. A PEC foi pelo mandato do Jean Willys. Todavia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou em 2013, sua resolução N° 175, que regulamenta o casamento civil igualitário no Brasil. Desde então, os casais de dois homens ou duas mulheres têm direito a se casar no civil com os mesmos requisitos e efeitos do casamento entre homem e mulher.

uma “cidadã no mundo”, reivindicando uma identidade de favelada. Na condição de universitária, passa à contribuir com o pré-vestibular comunitário na condição de professora e em atividades sociais como voluntária.

Aos 19 anos, torna-se mãe de sua primeira filha. Segundo ela, fazer um pré-natal e todo processo de sua gravidez lhe permitiu a compreensão dos processos institucionais do serviço público. A candidata se aproximou de lideranças e militantes do Partido dos Trabalhadores, participando da campanha da primeira vitória eleitoral do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002, sua primeira filiação partidária. Das discordâncias com os caminhos traçados pelo partido no plano nacional, Marielle rompe com o PT e passa atuar na construção daquilo que se tornaria o PSOL. Sua inserção no partido acontece por meio da sua participação na organização do setorial de mulheres, iniciativa que ela considera central na sua atuação política. Paralelamente, ela atuava na Favela organizando campanhas como a ocupação da Cinelândia em 2006 pela campanha das comunidades de favela contra o Caveirão, e neste contexto com conhece Marcelo Freixo, participando da campanha do deputado no mesmo ano. Com a vitória eleitoral de Marcelo Freixo, que conquistou uma vaga na ALERJ, virou assessora do deputado no ano de 2007. Com o ciclo de mobilizações feministas em 2016 e a emergência dos debates sobre as questões de gênero, Marielle decide se candidatar para levantar a bandeira da representatividade das mulheres, sobretudo mulheres negras, nos espaços da política.

O vereador João Mendes teve sua primeira experiência partidária no PDT, após a volta de Leonel Brizola para o Brasil¹⁴. Todavia, sua conversão religiosa e consequente ingresso na Igreja Universal do Reino de Deus – tornou-se pastor em 1986 e bispo em 1996 – haveria criado dificuldades dentro da legenda. Na vida política institucional, foi assessor parlamentar e candidato a Deputado Federal em 2002. Eleito com cerca de 60 mil votos para ocupar uma cadeira no congresso federal durante legislatura de 2003-2006, obtendo seu primeiro mandato parlamentar ainda pelo PDT. Antes de lhe ser proposto a possibilidade de candidatar-se, acompanhava a política de longe e não tinha muita dedicação a esse tipo de organização.

Seu segundo partido foi o PSL, no qual foi presidente do diretório estadual. Sua chegada ao PSL se dá após encontrar barreiras internas dentro do PDT por conta de sua

¹⁴ Brizola retornou ao Brasil no ano de 1979 após um longo período no exílio. Em 1982 foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro, vencendo a primeira eleição livre desde 1965.

confissão religiosa. João Mendes afirma, que o próprio Leonel Brizola haveria lhe dito sobre a necessidade de impedir a entrada de figuras vinculadas a Igreja no partido. Ele permanece no PSL até 2007, quando decide mudar de partido novamente. Em suas palavras “era um partido que não elegeria um deputado federal no Rio” (João Mendes, 2017), o que o fez migrar para o PSB, em grande medida por influência da Deputada Federal Luiza Erundina. Com o fim do seu mandato de Deputado Federal, o recém criado PRB o convida para se candidatar a vereador em 2012, quando é eleito novamente. Vale destacar que se trata de um partido fortemente influenciado por lideranças da IURD, dentre as quais merece destaque a do atual prefeito do Rio, eleito em 2016, Marcelo Crivella.

Segunda a candidata Rute Sales, sua trajetória política teria começado ainda criança, na vida comunitária e junto à sua mãe, uma militante pelo direito de moradia. Rute chegou ao Rio de Janeiro ainda muito pequena e não tendo onde morar, ficou durante algum tempo de casa em casa de amigos. A partir deste momento, sua mãe passa atuar no movimento pelo direito à moradia, tendo ocupado a casa onde ela cresceu. A mãe de Rute se tornou uma líder comunitária, reivindicando saneamento básico e outras melhorias para a localidade. Em todos esses momentos, Rute acompanhava sua mãe no processo de organização comunitária, tendo participando de espaços formativos do Partido Comunista do Brasil, agrupamento onde sua mãe atuava politicamente. Aos 18 anos, ingressou no Jornal Favelão da Arquidiocese do Rio de Janeiro e atuou na organização da FAFERJ – Federação de Favelas do Rio de Janeiro. Na comunidade da Indiana, Rute foi eleita duas vezes presidenta da associação de moradores, a mesma onde o pai e mãe já haviam sido presidentes.

Foi no início de sua juventude que ela passou a considerar a filiação a um partido político. Tendo como referência lideranças políticas consagradas como Benedita da Silva e Jurema Batista, ambas com passagem pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, e por conta da relação de sua mãe com o PCdoB, ela começa uma aproximação com o partido. Posteriormente, chega ao PDT, militando sobretudo na Zonal da Tijuca, por conta da proximidade com a comunidade onde construía sua trajetória nos movimentos sociais comunitários – Borel e Indiana. Entretanto, apesar das pautas defendidas pelo PDT terem proximidade com a sua militância, ela manifesta certa dificuldade de se impor internamente ao partido: “não tinha voz ali dentro”. É por conta disso que ela se aproxima do PT, pois ali teria condições de intervir e pensar a política com a “companheirada”. Dentro do partido, conversando com os militantes sobre a questão racial, passou a integrar

o Setorial de Combate ao Racismo e chegou à direção estadual deste setorial. Nessa condição, buscou levar o debate de volta para as bases comunitárias, onde construiu seu ativismo. No ano de 2000, após recorrentes pedidos de amigos próximos e pessoas de sua comunidade, Rute decide ser candidata pela primeira vez, nos seus dizeres, “sem saber muito bem como fazer isso”.

Competição eleitoral

Um balanço inicial das informações recolhidas no site do TSE, que informa as prestações de conta, percebemos algumas similaridade e diferenças entre as candidaturas que podem suscitar questões para a compreensão dos elementos que determinam a vitória dos eleitos e a derrota dos não eleitos. Ambos os candidatos vitoriosos, conseguiram arrecadar uma quantia bastante superior aos candidatos que não se elegeram, e conseguiram arrecadar quantias importantes junto à campanhas majoritárias em torno da qual lançaram suas respectivas candidaturas. Cabe ressaltar, que os dois utilizaram praticamente toda quanta arrecada na campanha, por outro lado, Rute e João não conseguiram aplicar os recursos financeiros na campanha sobrando quantias maiores em relação aos eleitos. Os dois candidatos eleitos declaram algum tipo de patrimônio.

Dos candidatos e candidatas entrevistadas, três tiveram sua primeira experiência eleitoral na cidade do Rio de Janeiro. Apenas João Mendes de Jesus construiu um caminho distinto, já que teve sua primeira experiência eleitoral como candidato a Deputado Federal em 2002. É provável que a posição social do vereador tenha lhe permitido ultrapassar as etapas comuns de trajetória eleitoral da maioria dos políticos antes chegar até o Congresso Federal. O fato de ser Bispo de uma Igreja da magnitude da IURD pode ter lhe trazidos condições de ultrapassar tais etapas. Rute Sales, Marielle Franco e João Junior, tiveram as primeiras experiências eleitorais na competição eleitoral para a CMRJ. A candidata Rute Sales se lançou na competição pela primeira vez em 2000, por influência de amigos próximos e de moradores da comunidade, onde atuava como presidenta da Associação de Moradores. Apesar de estar filiada ao PT, era mais orgânica nos movimentos sociais e tinha pouca inserção partidária nesta época, ao ponto de não ter nenhum conhecimento dos processos burocráticos para consolidação de uma candidatura.

Rute define sua primeira competição eleitoral como “uma grande descoberta”. Sem estrutura material nenhuma, ela organizou sua candidatura com apoio dos moradores e moradoras da comunidade. Sua primeira disputa eleitoral teve um forte apelo comunitário, com as pessoas da comunidade abraçando a candidatura. Rute conta que as pessoas começaram a abordá-la em sua casa – onde atendia as pessoas na condição presidenta da associação de moradores – para ajudar na campanha. Em sua segunda experiência, em 2016, a candidata já estava consolidada no partido e propôs organizar a campanha em torno da questão da mulher negra e da favela. Para ela, os negros e negras do PT precisavam se organizar e pensar estratégias para lidar com retrocesso dos mandatos negros, já que políticos negros eleitos pelo partido.

Além da perda dos mandatos negros, Rute afirma ser necessário pensar o porquê de o partido não conseguir eleger mais nenhum negro e nenhuma negra. Ela argumenta que teve a sorte de ter conhecido Waldeck Carneiro¹⁵, com quem trabalhou numa secretária na cidade de Niterói. Com a chegada de Waldeck na ALERJ, Rute assumiu uma assessoria parlamentar e, posteriormente, ele a incentivou a tentar uma nova candidatura na cidade do Rio de Janeiro. Na nova experiência eleitoral, Rute encontrou empecilhos em diversos momentos de sua caminhada e novamente não obteve apoio de seu partido. Por conta das dificuldades, avaliou algumas vezes se seria ou não candidata:

Agora a gente faz voto para legenda do partido, mas o partido não nos fortalece enquanto o candidata. Então é uma luta que a gente tem que levar no dia a dia para conseguir. Eu tive muita dificuldade né. Eu tive uma ajuda bem bacana daqui do mandato, fizeram uma página para mim, teve um apoio de todos (...) Mas não tive perna para ir a todos os lugares, a gente tem que ter uma estrutura de assessoria também, que não tive. Então assim, é muito difícil essa coisa de sair candidato no partido, que não tem uma política de igual condições para todos os candidatos (...) precisa de chegar e ter mais respaldo, ter mais apoio, dar uma estrutura diferenciada para aquele que precisa chegar e não diferencial para aquele que já tem uma condição melhor que pode chegar. (Rute Sales, 2017)

O fato de ser uma mulher, negra e favelada se constituiu com uma barreira na sua trajetória política: “encontrei a discriminação por ser mulher, por ser negra, por vir da favela, não ter ensino superior”. Na sua opinião, o fato de não possuir um diploma de ensino superior ou mesmo o ensino técnico, produziu barreiras sociais de classe na relação com os militantes do partido, sobretudo aqueles vindo da militância nas universidades e na

¹⁵ Waldeck Carneiro foi vereadora da cidade de Niterói, passou por secretárias na cidade e se elegeu deputado estadual na eleição de 2014.

zona sul da cidade. Para além disso, as questões de gênero têm um forte impacto na sua inserção política e partidária. Quando ao racismo do PT, ela não considera o partido propriamente racista, mas em relação ao machismo afirma ter encontrado diversas barreiras.

É importante salientar uma afirmação do vereador João Mendes de Jesus, quando ele destaca que a primeira competição eleitoral é aquela que se dá internamente ao partido. A seu ver, além de disputar os votos com todos os candidatos na competição eleitoral, é necessário ter votações que o coloquem na frente dos demais competidores da mesma lista partidária ou da coligação. Essa reflexão do vereador espelha a dinâmica do sistema político eleitoral brasileiro em relação as eleições proporcionais, no âmbito da qual o voto cumpre um duplo papel: o de definir o partido dono da representação e o candidato que vai ocupar a cadeira deste partido. Portando existe uma dimensão da disputa interna aos partidos na competição eleitoral, que em maior ou menor escala aparece, na fala de todos os candidatos e candidatas entrevistados.

Financiamento de Campanha

Não se vence uma eleição sem dinheiro. Com essa afirmação contundente, João Junior argumenta que a democracia no Brasil é uma grande ilusão e que a falta de dinheiro foi sua maior dificuldade na competição eleitoral. Na suas palavras, para obter sucesso na competição eleitoral é preciso “dinheiro, dinheiro, dinheiro, dinheiro”. Entretanto, na sua opinião, o partido lhe deu um apoio razoável na disputa eleitoral: garantiu um número de identificação chave, tempo de TV e lhe doando 10 mil reais. Porém, os 10 mil recebidos da legenda não teriam dado conta de cobrir os gastos de uma campanha competitiva. É importante salientar, que mesmo colocando o dinheiro enquanto um elemento fundamental para a organização de uma candidatura competitiva, João Junior não conseguiu gastar todo o dinheiro arrecado nesta campanha.

Marielle Franco, por sua vez, afirma não ter ilusão com o partido e considera que racismo e o machismo são questões estruturais da sociedade que influencia seu partido também. Existem empecilhos materiais e simbólicos “que chegam com seu corpo, com sua genitália e com sua cor”. Entretanto, avalia que existem fissuras onde as mulheres negras e os homens negros podem incidir na política, garantindo avanços em relação a direitos sociais. Ao colocar sua candidatura para o partido, Marielle diz ter começado uma série de

conversas para viabilizar a sua campanha. Preocupada em não ser apenas uma candidatura feminina apresentada para cumprir o mínimo de 30% de mulheres na listas eleitorais, ela focou nos núcleos e setoriais do partido, tendo grande influência nesta viabilização. Neste esteio, afirma que o partido teve uma decisão política de garantir as candidaturas da mulheres. A sua candidatura – e de outras mulheres do partido – contou com advogados e contadores, além um de financiamento coletivo organizado pela legenda. Uma campanha de sucesso precisa ter inicialmente uma viabilidade financeira. Todavia, ter acessado os ambientes universitários, seja na sua graduação na PUC ou no Mestrado na UFF, lhe possibilitou uma ampliação de repertório social, que garantiu sua entrada em lugares que em momentos anteriores de sua vida não teria o mesmo acesso.

O vereador João Mendes apresenta que sempre teve dificuldade quanto ao financiamento de sua candidatura. Por não ter nenhuma relação com empresas, sempre contou sobretudo com a ajuda dos amigos e amigas. Todavia, na sua disputa a reeleição, afirma ter guardado uma quantia em dinheiro durante o seu mandato se planejando para a campanha, totalizando um valor de quase 40 mil reais. Essa quantia contribuiu organizar questões básica no início de sua campanha, com a produção de materiais e a organização de uma estratégia da campanha. Ao ser indagada sobre o financiamento de sua candidatura, Rute afirmou não ter dificuldades, dado que não conseguiu fazer nenhuma uma grande arrecadação. Ou seja, candidatura não teve uma organização para esse fim e por conta disto, enfrentou dificuldades em captar recursos. O Candidata relata, que encontrou obstáculos na estruturação financeira da campanha, dado as exigências burocráticas para declaração das receitas de campanha apontando a dificuldades referente a prestação de contas, em suas palavras:

Não tive grandes empresas querendo me doar nada. Então não tive e não consegui ter. Você tem dificuldade na prestação de conta, você tem que pegar tudo aquilo que você que você ganhou e dizer, e declarar, o que que foi, como foi, então eu fiquei meio assustada com medo de dar alguma coisa errada porque é uma burocracia muito grande. Ai por exemplo eu tive amiga queria me doar 100 reais, 200 reais, eu tive que abrir uma conta, para entrar (os recursos) na conta. Enfim é aquela burocracia que me dificulta um pouco, a prestação de conta das doações. Eram mínimas eu não tive muita dificuldade com isso não. (Rute Sales, 2017)

As dificuldades encontradas por Rute Sales, se conectam com as garantias iniciais para a organização de uma candidatura competitiva elencadas por Marielle. Ter uma

equipe mínima de campanha, com advogado e contador, é central na organização de uma campanha. Assim, como pessoas responsáveis pela comunicação, organização de agenda e etc. Rute argumenta, que a sua inexperiência na captação de recursos e empecilhos por ela ser mulher, negra e favelas, impactam diretamente nas suas possibilidades ter um financiamento robusto para garantir a candidatura minimamente organizada.

Racismo e o processo eleitoral

Todos reconheceram a existência de racismo da sociedade brasileira, porém sem conferir centralidade para suas análises e perspectiva política. Marielle por exemplo, argumenta que primeiro se viu como favelada, depois como mulher e por último veio se afirmar negra e assumir trazer questão racial enquanto um elemento da sua trajetória política. João Junior, organizou toda a sua trajetória política em torno da pauta LGBT e essa identidade política foi central para a articulação de sua candidatura. O vereador João Mendes, se coloca com um representante do povo da Igreja e concede uma centralidade a outros temas mais gerais a sua atuação parlamentar, como por exemplo os direitos da pessoa idosa por meio da sua atuação na Comissão Permanente do Idoso na CMRJ. Única a dar centralidade para pauta racial na sua candidatura, Rute Sales trouxe para sua campanha experiência dos movimentos sociais e seu acúmulo do Setorial de Combate ao Racismo do PT, a candidata com o pior desempenho eleitoral entre os quatro e aquela a apontar as críticas mais contundentes ao funcionamento do seu partido.

João Junior aponta que o racismo se manifesta de forma mais visível na associação do negro, pobre e favelado com estereótipos negativos como bandido. Vale destacar o modo como a questão racial é colocada como importante pelo candidato, mas secundarizada em relação a sua principal pauta – os direitos LGBT – incluída no âmbito do preconceito de classe contra favelados. Por sua parte, Marielle, faz uma crítica ao mito da miscigenação e da democracia racial e se diz assustada com o impacto destas ideologias na sociedade. Pondera, ainda que não dá para acreditar na inexistência do racismo quando se olha para maternidade Mariana Crioula e esta tem mais mulheres negras que morrem, quando se observa o não reconhecimento dos negros e das negras com a pauta da combate ao genocídio e pela defesa da vida desta parcela da população, ou para o fato de que o número de estupros com mulheres brancas diminui e em relação a mulheres negras.

João Mendes de Jesus argumenta que o racismo se relaciona com longo período no qual os negros foram escravizados no Brasil. Segundo o vereador, o racismo ainda não foi erradicado, estando enraizado em todos os espaços da sociedade brasileira. O racismo produz um entendimento de que o negro é uma raça inferior, uma ideia que essa parcela da população não pode galgar certas posições na sociedade. Aponta, ainda, que os negros e negras ficaram em uma condição muito inferior e no Brasil o racismo atua mais forte quando o negro ascende socialmente. Inclusive, sua experiência enquanto deputado federal rende várias histórias sobre ser único negro ocupando vários espaço durante sua trajetória em Brasília. Todavia, os processos racistas que relata ter passado tem um significado marginal na sua vida. Ao relatar ter sofrido racismo e reafirma a diferenças de possibilidades ascensão dos negros, o vereador ao falar sobre si, diz que esses processos nunca foram um impedimento para que chegasse onde chegou.

A candidata afirma que o Brasil é país extremamente racista por ter sido aquele onde mais se escravizou e onde a escravidão durou a mais tempo. Entretanto, durante muito tempo as pessoas escondiam suas práticas racistas, e partir dos avanços sociais conquistados pelos negros e negras no último período, as pessoas deixaram de esconder o racismo. Então se existe racismo na sociedade brasileira, existe também no processo eleitoral? Qual a percepção dos entrevistados sobre a competição eleitoral e os seus desdobramentos para exclusão política dos negros e negras?

Segundo João Junior, as barreiras são “não oficiais” seriam mais importantes. Primeiro, em função do eleitorado ter resistência depositar o voto para os candidatos negros. Segundo, em função de questões estruturais da política relacionadas ao poderio econômico e das disputas, já que até chegar o momento de ser candidato, negros e negras enfrentam diversos obstáculos anteriores. Terceiro, os partidos não tem interesse em fortalecer as candidaturas negras, na sua opinião os partidos precisam dar poder aos negros. Ele afirma que os partidos só tem interesse na pauta racial por um motivo, o voto da parcela negra do eleitorado.

Marielle, aponta que a principal barreira é o estereótipo de cidadão de segunda classe. João Mendes por sua vez, afirma não existir empecilhos específicos relacionados a dinâmica político, todavia as empecilhos culturais, do preconceito racial, das desigualdades econômicas, em funcionamento na sociedade em algum momento emerge para política. De acordo com o vereador, é um problema que vem dos estratos mais baixos da sociedade e vai chegar no topo da política brasileira. Rute Sales argumenta, que

encontrou dificuldade para ser aceita, inclusive dentro do partido enquanto uma pessoa que pode e em relação as diferenças educacionais. Para a candidata petista, a grande maioria das candidaturas negras vem de movimentos sociais da favela, de pessoas pobres e com baixo poder econômico e educacional. No PT, por exemplo, ela argumenta que os mandatos de Benedita da Silva, Jurema Batista, Edson Santos, entre outros, foram conquistados através de uma articulação externa ao partido, emergindo dos movimentos sociais das favela.

Assim sendo, ao responderam sobre existência da barreiras na política, os candidatos trazem questões que envolvem processos anteriores a competição eleitoral. Isto é, os processos de discriminação racial tendem a ser reproduzidos na lógica político partidária e eleitoral. A campanha eleitoral é o ponto final de trajetórias sociais e políticas iniciadas em outros espaços. Sejam eles, nos movimentos sociais mais tradicionais, como de organização comunitária, antirracistas, feministas e de classe, seja aqueles de cunho mais religioso ligados ao associativismo das Igrejas. Neste percurso, parece existir obstáculos materiais e simbólicos, que produzem um afastamentos das chances de sucesso eleitoral dos negros e negras, que impede a organização de candidaturas competitiva no pleito eleitoral propriamente dito.

Conclusão

Com o objetivo de ocupar uma lacuna nos estudos sobre sub-representação política dos negros e negras, esse artigo buscou apresenta uma alternativa metodológica partindo de uma análise qualitativa do processo eleitoral, sobretudo através de entrevistas com candidatas e candidatos na eleição pra vereador na cidade do Rio de Janeiro em 2016. O caminho percorrido pelas entrevistas buscava levantar informações referente a trajetória social e política, inserção partidária, competição eleitoral, financiamento de campanha e racismo no Brasil. Os quatro políticos entrevistados não representam um universo que permita fazer alguma generalização para explicar os processos estruturam a sub-representação política do negros e negras.

O quadro de participação dos negros e negras no processo eleitoral parece seguir um padrão, ao passo que não existe uma distância entre proporção de negros e negras no processo eleitoral e na sociedade. Entretanto, as diferenças na distribuição dos candidatos negros e negras quando controlado os partidos, aponta para diferentes formas de

recrutamento por parte dos partidos. Qual são as estratégia de recrutamento dos partidos? Elas podem ser orientadas por exemplo, com objetivo de construir nominata mais robustas que permita o partido a aumentar os votos na lista com objetivo de conseguir atingir o quociente eleitoral e assim garantir a vitória dos caciques dos partidos.

As entrevistas indicam, que os candidatos precisam ocupar uma lugar de destaque na dinâmica partidária em durante o processo pré-eleitoral, com objetivo de viabilizar internamento rede de apoios que permitam estruturar candidatura em momentos muita anteriores ao processo eleitoral em si. É neste processo, onde pode estar as principais barreiras para os candidatos negros. A relação com os mandatos parlamentares e o exercício da política através dos setoriais, das direções e das acessórias dos mandatos de Deputados Estaduais e Federais, permitindo adentrar no rol dos candidatos competitivos e viáveis.

A vitória eleitoral é a consagração de um processo que antecede o período eleitoral, compreender como o racismo opera selecionando quais candidatos e candidatas chegarão as casas legislativa, necessita de um esforço dos e das pesquisadoras, de investigar as várias dimensões deste processo. Seja por pesquisas quantitativas, que visem aumentar o raio de análises e buscar informações quanto distribuição dos votos por raça em relação as zonas eleitorais. Ou com pesquisas qualitativas, que busquem analisar com maior profundidade as trajetórias sociais, política e partidárias dos candidatos e as diferenças organizacional entre partidos. É fundamental que essas pesquisas trabalhem na interseção entre raça, gênero e classe, dado papel intercambiados destas variáveis no processo político eleitoral brasileiro.

Referências Bibliográfica

BUENO, Natália S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. *Lua Nova*, São Paulo, 85: 187-226, 2012.

CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº3, pp. 689 a 719. 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A Cor dos Eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, Janeiro – Abril de 2015, pp. 121-151.

CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. Relações raciais no Brasil Contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994 – 2013). *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v.11 nº 3, p. 85 – 116/ set –dez. 2016

LIMA JR, Olavo. Os partidos Políticos Brasileiros: A experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983

MENEGUELLO, Rachel; MANO, Maíra & GORSKI, Caroline. Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política, em MENEGUELLO, Rachel et al. (eds.). *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública. 2012

RIOS, Flavia. *Elite Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Maio de 2014. Fls. 246. Dissertação – USP – São Paulo: 2014.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. *Paradoxo da Igualdade: Gênero, Raça e Democracia*. Ciência e Cultura Volume 69. São Paulo: Jan/Mar. 2017